

O ALCANCE DA COMUNICAÇÃO DOS PROVENTOS DO TRABALHO DOS CÔNJUGES NO REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DOS BENS (ART. 1659 VI CC)

Francisco Sabadin Medina^{*}

Sumário: I. Introdução. II. Evolução histórica. 1. Código Civil de 1916 até a Lei n. 4121/1962. 2. Estatuto da Mulher Casada (Lei n. 4121/1962). (a) Criação do Estatuto e impactos no CC/1916. (b) Reação da doutrina quanto aos “bens reservados”. 3. Anteprojeto do Código Civil de 2002. (a) Os “bens reservados”. (b) A exclusão dos “proventos do trabalho pessoal”. 4. Resultado parcial. III. Regulamento do CC/2002. 1. Regra geral. 2. Interpretação do art. 1659 VI. (a) Doutrina. (b) Jurisprudência dominante. (c) Posicionamento. IV. Considerações finais. V. Referências

I. INTRODUÇÃO



exclusão dos proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge no regime de comunhão parcial dos bens (art. 1659 VI CC) tem sido, desde sua introdução no direito civil pátrio em 1962 por meio do Estatuto da Mulher Casada (Lei n. 4121/1962), objeto de grande controvérsia doutrinária. Se, por um lado, o legislador nem sempre adotou uma terminologia precisa, nem

^{*} Doutorando na Faculdade de Direito da USP. LL.M. na Universidade de Munique (LMU München).

se acautelou a fim de evitar contradições sistemáticas,¹ a aplicação adequada do direito deve, por outro, considerar as regras de interpretação e os valores subjacentes à aprovação de uma lei.² A gradual emancipação da mulher na sociedade brasileira, processo ainda em andamento, fornece, nesse contexto, um elemento importante para adequada compreensão do alcance e limites de determinadas regras no sistema de direito civil vigente. O presente trabalho tem o objetivo de analisar os antecedentes históricos do art. 1659 VI Código Civil de 2002 (CC ou CC/2002) e seu tratamento na doutrina nacional, a fim de determinar sua melhor interpretação. Ele é dividido em duas partes. Na primeira, serão explorados o regulamento e as mudanças legislativas no Código Civil de 1916 (CC/1916) antes e depois do Estatuto da Mulher, e a intenção do legislador do anteprojeto do Código Civil de 2002. Na segunda, abordar-se-á o tratamento do referido dispositivo na doutrina e na jurisprudência atuais, ao que se seguirá uma proposta de interpretação.

II. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

1. CÓDIGO CIVIL DE 1916 ATÉ A LEI N. 4121/1962

¹ Assim referiu-se A. WALD ao Estatuto da Mulher Casada (EMC): “Trata-se de um diploma feliz pelo seu conteúdo programático, mas cujas lacunas e falhas técnicas criaram um estado de insegurança jurídica e de profunda perplexidade no tocante aos problemas vinculados ao regime de bens e à responsabilidade, perante terceiros, de cada cônjuge” – Cf. *A emancipação da mulher casada (Considerações a respeito da Lei n.º 4.121)*, in *Jurídica* (Instituto do Açúcar e do Alcool) 13, n. 99 (1967), pp. 701 ss. (701). Para as contradições e problemas práticos do regulamento das dívidas particulares do cônjuge no CC/1916 após o EMC, cf. C. COUTO E SILVA, *Dívida particular dos cônjuges*, in *Jurídica* (Instituto do Açúcar e do Alcool) 15, n. 110 (1970), pp. 23 ss.

² Sobre as regras de interpretação, cf. E. A. KRAMER, *Juristische Methodenlehre*, 4ª ed., Bern, Stämpfli, 2013. Sobre a importância dos valores, cf. C.-W. CANARIS, *Systemdenken und Systembegriff in der Jurisprudenz – Entwickelt am Beispiel des deutschen Privatrechts*, Duncker & Humblot, Berlin, 1969, p. 91 *et passim*; K. LARENZ/C.-W. CANARIS, *Methodenlehre der Rechtswissenschaft*, 3ª ed., Berlin/Heidelberg, Springer, 1995, pp. 36 ss.

Apesar das tendências liberais e progressistas do autor do anteprojeto do CC/1916, CLÓVIS BEVILAQUA,³ o texto aprovado em 1916 refletia a sociedade da época, que era fundamentalmente patriarcal e conservadora.⁴ O marido, “chefe da sociedade conjugal” e visto “como mais inteligente e mais forte por seu sexo”⁵, detinha amplos poderes sobre a vida da mulher, especialmente o de administrar os bens comuns da família e os particulares da mulher, e o de autorizar o exercício de atividade profissional pela mulher (art. 233 II e IV). A mulher, a seu turno, era vista como mera auxiliar, sendo relativamente incapaz enquanto subsistisse a sociedade conjugal (art. 6 II).⁶ Ela precisava de autorização expressa do marido para quase todos os atos da vida civil, mesmo quando eles não implicassem nenhum dano patrimonial a ele, como alienar ou gravar bens de seu domínio particular, independentemente do regime de bens adotado (art. 242 II). As poucas exceções relacionavam-se à administração doméstica, como a compra de coisas necessárias à subsistência diária, hipóteses em que a autorização não era

³ C. BEVILAQUA/A. BEVILAQUA, *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil – Vol. 1*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1949, Com. art. 6º, p. 199 s.; C. BEVILAQUA, *Projecto de Código Civil brasileiro*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1900, pp. LX ss. Ver, sobretudo, os arts. 5º e 6º do projeto primitivo, segundo os quais a mulher casada tinha capacidade jurídica plena, embora restrita conforme regras do livro de direito de família (arts. 279 ss.). Sobre o projeto de Bevilacqua, de forma crítica, cf. T. C. NOVAES MARQUES, *A mulher casada no Código Civil de 1916. Ou, mais do mesmo*, in *Textos de História – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB* 12 (2004), pp. 127 ss.

⁴ Cf., entre outros, O. GOMES, *Raízes históricas e sociológicas do Código Civil brasileiro*, São Paulo, Martins Fontes, 2006, pp. 15 s.; J. P. SCHMIDT, *Zivilrechtskodifikation in Brasilien – Strukturfragen und Regelungsprobleme in historisch-vergleichender Perspektive*, Tübingen, Mohr Siebeck, 2009, p. 52 e nt. 375. Em detalhes sobre a reação conservadora na Câmara durante o processo de elaboração do CC/1916, ver T. C. NOVAES MARQUES, *A mulher casada* cit. (nt. 3 *supra*), pp. 135 ss.

⁵ Expressão de J. D. FERREIRA, *Código Civil português anotado – Vol. 2*, 2ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1895, p. 417.

⁶ Esse dispositivo foi introduzido pela Câmara dos Deputados – Cf. J. PACHECO, *O Código Civil na Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902, p. 7 e nt. 3.

dispensável, mas somente presumida (art. 247). Em suma, a mulher encontrava-se, juridicamente, em um estado de submissão, porquanto o marido não apenas administrava, nos parâmetros do art. 260, todos os seus bens, como ainda podia impedi-la de exercer qualquer atividade que lhe pudesse garantir certo grau de independência.⁷

O regime de bens subsidiário confirmava essa realidade. Na falta de disposição dos nubentes sobre os bens do casal ou sendo ela nula (art. 256), vigorava o regime de comunhão universal dos bens (art. 258 *caput*), cuja regra era a comunicação de todos os bens e dívidas presentes e futuros (art. 262). O rol de bens excluídos da comunhão estava previsto no art. 263, dentre eles as pensões, meios soldos, montepios, tenças e outras rendas (inc. I), os bens gravados de fideicomisso (inc. III), livros, instrumentos de profissão, roupas e retratos de família (inc. IX). Dívidas adquiridas antes do casamento e que não se revertissem em benefício do casal (art. 262 VII) deviam ser pagas com os bens particulares do cônjuge devedor (art. 264) e, embora os bens previstos no art. 263 não se comunicassem, os frutos que dele adviessem passavam a constituir parte do patrimônio conjunto do casal (art. 265). Rendimentos e honorários adquiridos pelo trabalho de qualquer um dos cônjuges, bem como os frutos daí advindos, entravam, portanto, na comunhão de bens, o que, aliás, era expressamente previsto para o regime de comunhão parcial (art. 271 VI). Apenas no regime de separação total de bens os ganhos advindos do trabalho permaneciam no patrimônio particular do cônjuge que os houvesse auferido (art. 276).

Não havia, portanto, até esse momento histórico, nenhum dispositivo que visasse excluir, nos regimes de comunhão universal e parcial dos bens, os proventos do trabalho de

⁷ Em detalhes, de forma esquematizada, T. FULGÊNCIO, *Programmas de direito civil – Primeiro anno do curso e primeira parte do segundo*, 2ª ed., Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1921, pp. 89 ss.

ambos os cônjuges do patrimônio comum do casal. Até então, a mulher podia dispor livremente dos proventos de seu trabalho (art. 246 CC/1916, na versão original),⁸ com a peculiaridade de que eles não constituíam patrimônio separado e que a mulher não podia dispor dos bens adquiridos com o dinheiro auferido.⁹ Também na doutrina desse período não se encontra nenhuma tendência de impor tal restrição.¹⁰ Pelo contrário, afirmava-se que as limitações aos direitos da mulher seriam, pela estrutura sistemática do CC/1916, muito menores do que à primeira vista pareciam e que as limitações impostas se justificariam não por uma “inferioridade mental”, mas pela “diversidade de funções” que cada um dos consortes era então chamado a exercer.¹¹

2. ESTATUTO DA MULHER CASADA (LEI N. 4121/1962)

(a) CRIAÇÃO DO ESTATUTO E IMPACTOS NO CC/1916

O Estatuto da Mulher Casada (EMC) foi fruto de um amplo movimento histórico de luta pela equiparação jurídica de

⁸ Art. 246: “A mulher que exercer profissão lucrativa terá direito a praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e à sua defesa, bem como *dispor, livremente, do produto de seu trabalho*”.

⁹ O. GOMES, *Direito de família*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1976, n. 94, p. 174. Sobre a doutrina da época, cf. L. RODRIGUES DOS SANTOS, *Bens reservados – Proteção ao patrimônio da mulher casada*, São Paulo, Saraiva, 1980, n. 42, pp. 89 ss.

¹⁰ LAFAYETTE RODRIGUES PEREIRA/J. B. ANDRADE E SILVA, *Direitos de família*, Rio de Janeiro, Virgílio Maia, 1918, §§ 55 ss., pp. 141 ss.; J. M. CARVALHO SANTOS, *Código Civil brasileiro interpretado – Vol. 5 – Direito de família (Arts. 256-367)*, 11ª ed., Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1977, Com. art. 263, pp. 64 ss.; F. C. PONTES DE MIRANDA, *Direito de família*, Rio de Janeiro, Jacintho Ribeiro, 1917, pp. 146 s.; S. VAMPRE, *Manual de Direito Civil brasileiro – Vol. I*, Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1920, § 120, p. 202. Ignorando o dispositivo, C. OLIVEIRA, *Manual do Código Civil brasileiro – Direito de família – Vol. 5 – Art. 180-329*, Rio de Janeiro, Jacintho Ribeiro, 1918, Com. art. 240-255, pp. 298 ss.

¹¹ C. BEVILAQUA/A. BEVILAQUA, *Código Civil 1* cit. (nt. 3 *supra*), Com. art. 6º, p. 200; Idem, *Projecto* cit. (nt. 3 *supra*), pp. LX ss.

direitos e deveres entre homens e mulheres no Brasil.¹² Em 1952 foi apresentado o Projeto de Lei da Câmara (PLC) n. 1804, do Deputado Nelson Carneiro, que englobava outras propostas, dentre elas o Projeto de Lei do Senado (PLS) n. 029, também de 1952, elaborado pela advogada Romy Martins Medeiros da Fonseca,¹³ esposa do civilista Arnaldo Medeiros da Fonseca, e apresentado pelo Senador Mozard Lago.¹⁴ Inspirado na lei francesa de 19 de fevereiro de 1938, completada pela de 22 de setembro de 1942,¹⁵ o conteúdo do projeto consistia em alterar diversos artigos do CC/1916, a fim de eliminar as divergências de tratamento legal entre homens e mulheres casados, principalmente a limitação da capacidade de direito da mulher, até então equiparada a pródigos, silvícolas e maiores de dezesseis e menores de dezoito anos (art. 6). Após quase 10 anos de longa e tumultuosa tramitação, em que os círculos conservadores tentaram impedir o avanço do projeto, foi aprovada em 27 de agosto de 1962 a Lei n. 4121, que representou uma enorme conquista das mulheres e do movimento feminista brasileiros e imprimiu um novo caráter ao direito de família no código então vigente.¹⁶

¹² A respeito, ver S. MAYA, *A luta da mulher pela conquista da igualdade de direitos*, in *Jurídica* (Instituto do Açúcar e do Alcool) 18, n. 118 (1972), pp. 182 ss. e *Proposições legislativas sobre questões femininas no parlamento brasileiro: 1826-2004*, Brasília, Senado Federal, 2004 (com indicação de todas as proposições legislativas no parlamento brasileiro até 2004).

¹³ Da autora, ver, por exemplo, *Direitos da mulher*, in *Jurídica* (Instituto do Açúcar e do Alcool) 15, n. 110 (1970), pp. 151 ss.

¹⁴ Ver justificação do Projeto n. 1.804/1952, apresentado por Nelson Carneiro na Câmara dos Deputados em março de 1952, p. 6. A versão consultada foi-nos fornecida pelo Serviço de Pesquisa e Atendimento ao Usuário do Senado Federal no início de maio de 2015. Essa justificação também foi reproduzida em anexo na versão original da Tese de Doutorado de LUCY RODRIGUES DOS SANTOS, *Bens reservados*, apresentada em 1978 na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

¹⁵ W. FERREIRA, *O Estatuto da Mulher Casada*, in *BFDC* (Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra) 39 (1963), pp. 13 ss. (16).

¹⁶ Para a evolução histórica do direito de família até 1993, ver S. RODRIGUES, *Breve histórico sobre o direito de família nos últimos 100 anos*, *RFDUSP* (Revista da

A principal mudança foi o avanço do modelo de família patriarcal, em que o homem era o “chefe da sociedade conjugal”, para o parental, no qual o domínio é dividido entre ambos os consortes.¹⁷ A mulher casada, até então tratada legalmente como um membro inferior na família, tornou-se plenamente capaz para os atos civis e foi alçada ao mesmo nível do marido. Se antes o homem detinha grande poder sobre os destinos da família e a mulher era seu mero auxiliar (art. 240, na redação original), com o EMC o marido permaneceu na condição nominal de “chefe”, mas a mulher passou da condição de submissa à de colaboradora da sociedade conjugal (art. 240, com redação do EMC).¹⁸ A chefia conjugal do marido passou a ser admitida somente quando exercida em colaboração com sua esposa e no interesse do casal e dos filhos.¹⁹ O pátrio poder, que antes cabia apenas ao marido (art. 380 CC/1916, na redação original), passou a ser tanto do homem quanto da mulher (art. 380, após EMC). As restrições dos direitos da mulher casada, embora não eliminadas em sua totalidade (por exemplo, a representação da família ainda competia ao homem, art. 233 I), foram substancialmente reduzidas.²⁰ Ela não precisava mais da autorização do marido para exercer atividade profissional lucrativa distinta da do marido (revogação do art. 242 VII CC/1916) e podia a partir de então dispor livremente de bens móveis livres da administração do marido (art. 248 V CC/1916).²¹

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo) 88 (1993), pp. 239 ss.

¹⁷ Sobre a tendência de evolução do direito de família no sentido de conscientização da liberdade, cf. K. MUSCHELER, *Familienrecht*, 3ª ed., München, Franz Vahlen, 2013, § 5 Rdnr. 70-73.

¹⁸ O. GOMES, *A reforma do Código Civil*, Bahia, Universidade da Bahia, 1965, pp. 130 s.

¹⁹ R. BUENO, *Regime jurídico da mulher casada*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1972, p. 16.

²⁰ O. GOMES, *A reforma cit.* (nt. 18 *supra*), p. 129.

²¹ Para as mudanças do EMC, ver, entre outros, R. BARBOSA GOULART, *Regime jurídico da mulher – Parte I*, in *Jurídica* (Instituto do Açúcar e do Alcool) 15, n. 109 (1970), pp. 49 ss.; Eadem, *Regime jurídico da mulher casada (continuação)*, in

A fim de garantir a emancipação da mulher, o EMC, neste ponto talvez inspirado no direito alemão anterior à *Gleichberechtigungsgesetz* de 18 de junho de 1957,²² também alterou a parte dos direitos patrimoniais dos cônjuges. Na falta de acordo entre os nubentes sobre o regime de bens ou em caso de nulidade da convenção, o regime de comunhão parcial dos bens passou a ser a regra (art. 258 *caput*), o que devia assegurar maior autonomia à mulher casada, uma vez que ela poderia dispor livremente dos bens de seu trabalho. No mesmo sentido, para garantir o livre exercício de atividade profissional pela mulher casada, o EMC determinou que os produtos do trabalho da mulher, salvo estipulação em contrário do pacto antenupcial, constituiriam “bens reservados” (art. 246 *caput*).²³ Tais bens não entravam, por sua vez, no patrimônio comum do casal, nem no regime de comunhão universal (art. 263 XII), nem no de comunhão parcial (arts. 269 IV c/c 263 XII), e não respon-

Jurídica (Instituto do Açúcar e do Alcool) 15, n. 108 (1970), pp. 32 ss.

²² S. SÉRVULO DA CUNHA, *Produto do trabalho da mulher casada. Especialização do patrimônio separado*, in RDM (Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro) n. 34 (1979), pp. 69 ss. (69); L. RODRIGUES DOS SANTOS, *Bens reservados* cit. (nt. 9 *supra*), p. 93. Segundo esses autores, provável fonte de inspiração do legislador do EMC teria sido o § 1367, que dizia “*Vorbehaltsgut ist, was die Frau durch ihre Arbeit oder durch den selbständigen Betrieb eines Erwerbsgeschäfts erwirbt*” (“bem reservado é aquilo que a mulher adquire por meio de seu trabalho ou por meio de exercício autônomo de um negócio”). Não descartamos, porém, que a influência tenha se dado por meio da Lei francesa de 13 de julho de 1907 ou posterior, ainda que o instituto jurídico dos bens reservados tenha origem na Alemanha. A respeito da evolução legislativa na França, cf. P. SERLOOTEN, *Les biens réservés*, Paris, R. Pichon et R. Durand-Auzias, 1973, pp. 20 ss. Na justificação do Projeto n.º 1.804/1952 (nt. 14 *supra*) não há nenhum indício sobre a origem dos bens reservados, mesmo porque eles não estavam previstos no projeto original, mas foram adicionados posteriormente durante o trâmite no Congresso Nacional. Sobre o *Vorbehaltsgut*, cf. H. DÖLLE, *Familienrecht – Bd. I – Darstellung des deutschen Familienrechts mit rechtsvergleichenden Hinweisen*, Karlsruhe, Müller, 1964, § 67 IV, pp. 885 ss. e, no direito alemão vigente, J. GERNHUBER/D. COESTER-WALTJEN, *Familienrecht*, 6ª ed., München, Beck, 2010, § 38 Rdnr. 37 ss.

²³ Sobre os bens reservados na Inglaterra, França e Alemanha, cf. C. COUTO E SILVA, *Direito patrimonial de família*, in RFDPA (Revista da Faculdade de Direito de Porto Alegre) 5 (1971), pp. 39 ss.; L. RODRIGUES DOS SANTOS, *Bens reservados* cit. (nt. 9 *supra*), pp. 35 ss.

diam pelas dívidas do marido, salvo por aquelas contraídas em benefício da família (art. 246 § único). O mesmo valia para os frutos civis (art. 263 XIII, para o regime de comunhão universal, e arts. 269 IV c/c 263 XIII, para o de comunhão parcial). Do ponto de vista dogmático, os “bens reservados” eram bens de exclusiva propriedade da mulher casada adquiridos durante o casamento pelo exercício de profissão lucrativa distinta da de seu marido.²⁴

É nesses “bens reservados”, então restritos à mulher casada, que se encontra a origem da exclusão dos proventos de trabalhos dos cônjuges do patrimônio comum no atual regulamento do regime de comunhão parcial de bens (art. 1659 VI CC/2002).

(b) REAÇÃO DA DOUTRINA QUANTO AOS “BENS RESERVADOS”

Embora a aprovação do EMC tenha sido recebida com grande entusiasmo pela doutrina da época,²⁵ uma vez que representava enorme avanço para condição jurídica da mulher casada, o mesmo não se deu quanto aos “bens reservados”. Contra esse novo instituto surgiram fundamentalmente três críticas de ordem sistemática. Primeiro, a exclusão dos produtos do trabalho da mulher teria afetado a imutabilidade do regime de comunhão universal, porquanto ele teria sido trans-

²⁴ Ver, por exemplo, O. GOMES, *Direito de família* cit. (nt. 9 *supra*), n. 94, pp. 174 ss.; R. LIMONGI FRANÇA, *Manual de direito civil – 2º volume – Tomo I – Livro I – Doutrina especial dos institutos de proteção à personalidade – Livro II – Doutrina especial do direito de família*, São Paulo, RT, 1972, p. 199. O bem reservado caracteriza-se apenas por ser de propriedade de apenas um dos cônjuges, mas também pelo fato de seus frutos pertencerem apenas a seu cônjuge proprietário. Para a diferença entre bem especial e bem reservado, cf. C. COUTO E SILVA, *Dívida particular* cit. (nt. 1 *supra*), p. 25.

²⁵ Basta ver, para tanto, a quantidade de obras publicadas sobre o EMC. Assim, por exemplo, R. BUENO, *Regime jurídico* cit. (nt. 19 *supra*).

formado *ex lege* em regime de comunhão parcial.²⁶ Segundo, a exclusão dos “bens reservados” seria uma exceção à regra geral de que, no regime de comunhão universal, todos os bens presentes e futuros se comunicariam (art. 262 CC/1916) e de que, no regime de comunhão parcial, todos os bens futuros fariam parte do patrimônio comum.²⁷ Terceiro, essa alteração levaria ao esvaziamento dos regimes de comunhão total e parcial, pois, se a finalidade desses institutos era exatamente que os ganhos auferidos pelos consortes durante a sociedade conjugal fossem distribuídos entre ambos,²⁸ a separação dos rendimentos e de seus frutos tinha por consequência contornar esse objetivo.²⁹ Afinal, se, no caso de regime de comunhão parcial, os rendimentos e os bens adquiridos com eles não se comunicariam, o que restaria como bem comum do casal ao final do casamento?

O descuido do legislador com a sistemática do CC/1916 transparecia já da mera leitura conjugada dos dispositivos do código. No regulamento do regime de comunhão parcial dos bens, o EMC estabeleceu que os “bens reservados” e os frutos civis daí advindos estariam excluídos da comunhão (arts. 269 IV c/c 263 XII e XIII), mas manteve o art. 271 VI, segundo o qual os proventos frutos civis do trabalho de cada consorte se comunicariam!³⁰ E a interpretação mais atenta do novo regu-

²⁶ R. BUENO, *Regime jurídico* cit. (nt. 19 *supra*), p. 48; R. BARBOSA GOULART, *Regime jurídico (continuação)* cit. (nt. 21 *supra*), p. 52.

²⁷ R. BUENO, *Regime jurídico* cit. (nt. 19 *supra*), p. 48.

²⁸ Assim, contraditoriamente, constava da justificação do Projeto n. 1.804/1952 (nt. 14 *supra*), p. 5: “Em meio a tantas opiniões, que poderíamos invocar, preferimos sintetizar, como Orlando Gomes, que ‘os inconvenientes manifestos dêsse regime, o da comunhão universal, devem ser afastados. Tudo aconselha a sua substituição pelo regime da comunhão parcial, comunhão de aquestos, mais natural e consentânea com a índole da sociedade conjugal. *Tudo quanto for adquirido no curso da vida em comum pode ser propriedade dos cônjuges*, por isto mesmo que *a colaboração no grupo familiar é a fonte de sua riqueza, concorrendo cada qual na medida de suas possibilidades.*” [grifos nossos]

²⁹ W. FERREIRA via nessa alteração um rompimento do princípio da imutabilidade do regime de bens na constância do casamento – Cf. *O Estatuto da Mulher Casada* cit. (nt. 15 *supra*), p. 22.

³⁰ J. F. SIMÃO, *Comunhão parcial e proventos do trabalho*, in G. LAGASTRA NETO/F.

lamento em seu conjunto revelava outra contradição ainda mais grave. Os “bens reservados” existiam, por definição legal, somente para as mulheres casadas (art. 246 *caput*: “A mulher...”) e somente eles estavam excluídos do patrimônio comum, tanto no regime de comunhão universal (art. 263 XII) quanto no de comunhão parcial dos bens (arts. 269 IV c/c 263 XII). Ora, se o texto legal excluía expressamente do patrimônio comum apenas os rendimentos auferidos pela mulher e a regra geral era a de comunicabilidade dos bens e ganhos adquiridos durante o casamento, apenas os rendimentos do marido entravam na comunhão.³¹ Com isso, o legislador não colocou o homem e a mulher casada no mesmo patamar, mas inverteu a equação em favor da última.³²

TARTUCE/J. F. SIMÃO (org.), *Direito de família – Novas tendências e julgamentos emblemáticos*, São Paulo, Atlas, 2011, pp. 202 ss. (204).

³¹ L. RODRIGUES DOS SANTOS, *Bens reservados* cit. (nt. 9 *supra*), n. 52, p. 120; C. A. BITTAR, *Da proteção do patrimônio da mulher casada*, in RDC (Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial) 9, n. 32 (1985), pp. 36 ss. (40). Tal crítica já era feita em face do direito francês – Cf. V. RÃO, *Direitos da mulher casada sobre o produto de seu trabalho*, São Paulo, s.e., s.d., pp. 22 s. Uma parte da doutrina apoiava-se no art. 263 XIII CC/1916 para afirmar que também o produto do homem casado não entraria na comunhão de bens. Assim, por exemplo, C. AGRÍCOLA BARBI, *A comunhão de bens na nova lei de proteção à mulher casada*, in RF (Revista Forense) 60, vol. 201 (1963), pp. 25 ss. (26): “... a modificação ora introduzida em nosso direito, apesar de manter, em princípio, o regime de comunhão de bens adquiridos na constância do casamento, na realidade, porém, praticamente inutilizou o instituto, pois lhe retirou a principal fonte alimentadora. A comunhão de bens adquiridos tal como a regulou a nova lei, isto é, excluindo os frutos civis do trabalho ou indústria dos cônjuges, é uma forma vazia de substância, um depósito sem fontes alimentadoras, um rio sem afluentes”; V. FERREIRA, *Os movimentos do direito e a mulher casada*, in RT 54, vol. 353 (1965), pp. 26 ss. (33 ss.); N. G. B. DOWER, *Bens reservados*, in RT 60, vol. 427 (1971), pp. 311 ss. (312 s.). Apesar de a letra da lei admitir tal interpretação, ela não foi recepcionada na prática, tendo a jurisprudência entendido que apenas os frutos civis dos proventos da mulher casada não se comunicavam, enquanto os frutos dos rendimentos do homem entravam na comunhão – Cf. C. COUTO E SILVA, *Direito patrimonial de família no projeto de Código Civil e no direito português*, in RT 68, vol. 520 (1979), pp. 11 ss. (27). A nosso ver, essa interpretação estava de acordo com o sistema introduzido pelo EMC.

³² Como prova da perplexidade dos juristas brasileiros ante a confusão causada pelo EMC, ver, por exemplo, voto do Ministro Castro Filho em STJ, 3ª Turma, REsp. n. 355.581/PR, rel. Carlos Alberto Menezes Direito, j. 13-5-2003, p. 16, in

3. ANTEPROJETO DO CÓDIGO CIVIL DE 2002

(a) OS “BENS RESERVADOS”

Ciente dessas incongruências do CC/1916, o responsável pelo livro de direito de família, C. COUTO E SILVA, eliminou do anteprojeto originário do CC/2002 os “bens reservados”. Sobre tal mudança, o jurista se manifestou expressamente nas Exposições de Motivos Original e Complementar:

“A regra de serem bens reservados os obtidos pela mulher, no exercício de uma profissão lucrativa, não se harmoniza com o sistema da comunhão de bens. [...] Aceitando-se como bem reservado o produto do trabalho da mulher, o sistema perde simetria, já que o do marido se comunica. Se o produto do trabalho de ambos não se comunicar, a massa comum será formada por sucessão ou liberalidade.”³³

“Impugnou-se, também, a supressão dos bens reservados. Sendo o regime-regra o da comunhão parcial, não se pode admitir, quanto a ele, bens reservados, pois, de outro modo, nunca se constituiria a massa de bens comuns, sem o que não existe regime algum de comunhão. A comunhão é formada por bens adquiridos posteriormente por ambos os cônjuges. Pode admitir-se que os bens adquiridos pela mulher, embora comuns, sejam por ela administrados, como faculta, na França, a Lei nº 570, de 1965. Nesta lei, os bens adquiridos pela mulher são bens comuns, mas não são administrados pelo marido. Em consequência, no caso de dissolução do casamento entram na partilha (art. 1.401, *in fine*).

Dispõe o aludido artigo que ‘*les biens réservés [sic] de la femme, quoique soumis à une gestion distincte en vertu de l’article 224, sont partie des acquêts*’.³⁴

<https://ww2.stj.jus.br/> [15-4-2015]. Sobre o impacto do art. 246 § 5º CF/1988 sobre o art. 246 CC/1916, ver M. RIBEIRO DE OLIVEIRA, *Os bens reservados e a Constituição de 1988*, in RDC (Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial) 16, n. 59 (1992), pp. 39 ss.

³³ *Exposição de motivos*, in L. C. BRANCO RANGEL (coord.), *Código Civil – 5º vol. – Direito de família*, Brasília, Senado Federal, 1975, pp. 211 ss. (228).

³⁴ Dispositivo alterado pela Lei n. 85-1372, de 23 de dezembro de 1985. O atual art.

A mulher tem o poder de administração, gozo e de disposição sobre os bens adquiridos com seus salários e vencimentos (Lei nº 65-570, art. 224), mas esses bens não são particulares, e, sim, comuns. De outro modo, não haveria como falar-se em regime de comunhão parcial, pois este sistema tem sua origem, e justificação, no fato de que os bens adquiridos por ambos os cônjuges se comunicariam (PARATIN-MORIN, *La Réforme des Régimes Matrimoniaux*, t. 1, pág. 99, 1971³⁵)³⁶.

Em conferência realizada em 7 de agosto de 1975 perante a Comissão encarregada de examinar o projeto de código civil, C. COUTO E SILVA voltou a abordar o assunto:

“... ‘Mas por que não se mantiveram, por exemplo, os bens reservados da mulher?’ Esse é outro ponto importante. Os bens reservados da mulher só são admitidos no regime de comunhão universal. Em matéria de comunhão universal poderiam existir bens reservados da mulher; em comunhão parcial nunca, porque, como se vai formar uma comunhão, se a comunhão parcial se forma com o que se adquiriu pelo esforço conjunto? Se se disser que os bens da mulher são reservados, nunca se forma comunhão nenhuma. A não ser que se admita que só se forme com os bens do marido. Portanto, ‘bens reservados’ só se amolda com o princípio da comunhão universal. Com o regime da comunhão parcial, não só não se

224 do *Code civil* tem a seguinte redação: “*Chacun des époux perçoit ses gains et salaires et peut en disposer librement après s'être acquitté des charges du mariage. Les biens que la femme acquiert par ses gains et salaires dans l'exercice d'une profession séparée de celle de son mari sont réservés à son administration, à sa jouissance et à sa libre disposition, sauf à observer les limitations apportées par les articles 1425 et 1503 aux pouvoirs respectifs des époux. L'origine et la consistance des biens réservés sont établies tant à l'égard des tiers que du mari, suivant les règles de l'article 1402*”.

³⁵ J. PARATIN/G. MORIN, *La réforme des régimes matrimoniaux – Etude de la loi nº 65-570 du 13 juillet 1965 – Tome I – Statut fondamental et régime légal*, Paris, Defrenois, 1966, nr. 98, p. 99: “*L'idée même de régime communautaire conduit au maintien de la notion classique d'acquêt en ce qui concerne les gains et salaires, en l'absence de texte contraire*”. Sobre a essência do regime de *communauté légale* no direito francês depois da lei de 13 de julho de 1965, cf. n. 94, pp. 90 ss. (“*L'essence du régime reste donc l'idée que tôt ce que a été gagné par le travail et économisé sur les fruits et revenus des propres est mis en commun*”, p. 91).

³⁶ *Exposição de motivos complementares – Direito de família*, in L. C. BRANCO RANGEL (coord.), *Código Civil – Anteprojetos – Vol. 5 – Tomo 2*, Brasília, Senado Federal, 1995, pp. 83 ss. (85).

amolda como é antitético. Como o regime-regra é o da comunhão parcial, é claro que não se poderia pôr bens reservados. Mas nada impediria se optasse pelo regime da comunhão universal, se não existissem bens reservados. Não haveria entendimento. O que não se poderia pôr era em matéria de comunhão parcial, porque assim o regime deixaria de ser de comunhão. Seria comunhão só com o adquirido pelo marido, em separação os bens adquiridos pela mulher, o que também está fora de simetria.

Os franceses, nessa parte, criaram um regime jurídico bastante interessante, na Lei nº 570, de 1965. Bastante interessante sobretudo porque o melhor civilista francês foi o encarregado de fazer esse projeto, o Prof. Jean Carbonier... [...] Examinando o problema a respeito de como normar os bens reservados, ele adotou uma posição totalmente diferente, que prevaleceu na Lei nº 570. Quando se der bens reservados, há de se entender que eles não são reservados em termos de propriedade; que sejam, portanto, incomunicáveis. Eles são reservados em termos de poder de administração e de disposição. Quer dizer, aquele que ganhou durante o casamento administra seus bens e dispõe deles. Mas são bens comuns, de tal sorte que, quando se faz a partilha, aqueles bens naturalmente são bens comuns, nunca deixaram de sê-lo, desde que foram adquiridos. O que se reservou, no sistema da Lei nº 570, para aquele que adquiriu, vamos dizer, para a mulher? Se reservou a administração do que ela adquiriu pelo seu trabalho e a disposição. Mas aí ela está administrando e dispondo de bem comum, porque o bem que ela adquiriu se tornou comum. O que não se tornou comum foi a administração e a disposição. Entendem Vossas Excelências a diferença? Porque, se se tornasse reservado, no seu sentido próprio de propriedade, que não se comunica, então o regime seria de separação, pelo menos quanto a ela, se o regime fosse de comunhão parcial. Na Lei nº 570 houve essa modificação. Carbonier teve esse achado – a meu ver realmente um achado. Se o regime-regra, como é na França, hoje, por força da Lei nº 570, de 1965, é o regime da comunhão parcial, *em termos semelhantes ao proposto aqui*, então é de se admitir, evidentemente, que a mulher disponha dos bens que adquiriu no exercício da sua profissão, e os administre. Se é da essência do regime de comunhão parcial que os bens comuns são os adquiridos pelo esforço conjunto dos cônjuges,

após o casamento, então como se fazer isso? Da maneira mais simples: *os bens adquiridos pelo esforço da mulher são comuns, mas são por ela administrados, e não pelo marido*. Toda dificuldade está em que, via de regra, no regime da comunhão, a massa de bens comuns é administrada pelo marido. Nesse caso, os bens adquiridos pela mulher são comuns, mas são por ela administrados. O que se reservou? Só o poder de administração e disposição. É a solução francesa para harmonizar o sistema. É uma possibilidade. Nesse caso, quanto à matéria de comunhão parcial, manter-se-iam os bens reservados, que, a meu ver, estão inseridos no anteprojeto, por dedução. Se quiséssemos, poderíamos dizer o seguinte: são bens comuns por ela administrados, dos quais poderia dispor. É claro que não poderia dispor, como não pode o marido, sobre imóveis. Esse seria outro ponto” [grifos nossos].³⁷

Dessas três manifestações de C. COUTO E SILVA, podem ser extraídas três conclusões importantes. Primeiro, o legislador teve a deliberada intenção de extirpar do ordenamento jurídico brasileiro a figura jurídica dos “bens reservados” da mulher casada, que não apenas gerava um tratamento desigual entre homens e mulheres, como também impedia a efetivação do objetivo do regime de comunhão parcial dos bens, que é formar um patrimônio comum com o fruto do trabalho de ambos os cônjuges. Segundo, a fonte de inspiração foi o direito francês, em especial a Lei n. 570, de 1965, segundo a qual os salários e ganhos da mulher com seu trabalho entram na comunhão de bens, mas sua administração e disposição são reservadas a ela. Terceiro, o legislador pretendeu, no anteprojeto, importar a solução francesa para o direito brasileiro. Os salários e rendimentos da mulher da comunhão, ao invés de serem excluídos da comunhão, fariam parte dela, mas deviam estar protegidos da ingerência do marido. Eles se tornariam, portanto, bens do patrimônio comum do casal, mas de administração

³⁷ J. T. MASCARENHAS MENCK (org.), *Código Civil brasileiro no debate parlamentar – Elementos históricos da elaboração da Lei nº 10.406 de 2002 – Vol. 1 – Audiências públicas e relatórios (1975-1983)*, Brasília, Câmara dos Deputados, 2012, pp. 215 ss. (245 s.).

exclusiva de cada cônjuge enquanto durasse a sociedade conjugal.

(b) A EXCLUSÃO DOS “PROVENTOS DO TRABALHO PESSOAL”

Mas se o legislador deliberadamente incluiu os salários e rendimentos auferidos pela mulher casada por meio de seu trabalho na comunhão dos bens, qual o sentido do dispositivo que exclui da comunhão parcial de bens “os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge”? À primeira vista tem-se a impressão de que o legislador teria integrado os “bens reservados” da mulher casada no regulamento do Código Civil, uma vez que os rendimentos dela estariam excluídos da comunhão. Tal interpretação não se harmoniza, porém, com a intenção de C. COUTO E SILVA, e a inclusão dessa regra também não pode ser imputada ao processo legislativo, uma vez que ela já se encontrava no anteprojeto de 1972 no art. 1871 VI,³⁸ foi mantida do anteprojeto revisto no art. 1855 VI³⁹ e, sem ter sido contestada nem alterada durante o processo legislativo,⁴⁰ tornou-se o art. 1659 VI CC/2002. C. COUTO E SILVA não é claro sobre essa regra.⁴¹ Apenas MIGUEL REALE manifestou-se laconicamente a respeito, em resposta às críticas de CAIO MÁRIO DA

³⁸ *Código Civil – Anteprojetos – Vol. 5 – Tomo 1*, Brasília, Senado Federal, 1989, p. 319.

³⁹ *Código Civil – Vol. 5 – Tomo 2* cit. (nt. 36 *supra*), p. 402.

⁴⁰ Houve apenas uma proposta de emenda referente ao artigo sobre exclusão de bens no regime de comunhão parcial, a Proposta de Emenda n. 914, do Deputado Henrique Eduardo Alves. Essa proposta não visava, porém, nem excluir nem alterar o inciso sobre a exclusão dos “proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge” (então art. 1712 VI). Cf. E. PASSOS/J. A. OLIVEIRA LIMA (org.), *Memória legislativa do Código Civil – Vol. 2 – Tramitação da Câmara dos Deputados: Primeiro turno*, Brasília, Senado Federal, 2012, pp. 775 ss.

⁴¹ Cf. *Exposição de motivos* cit. (nt. 33 *supra*), p. 230, em que C. COUTO E SILVA é inconclusivo, porque se refere apenas ao “fruto do trabalho” da mulher, o que não tem nexos com os “proventos do trabalho de cada cônjuge”, que necessariamente se refere tanto ao homem quanto à mulher.

SILVA PEREIRA ao projeto:

“Procura-se levantar uma celeuma em torno do fato de não manter o Anteprojeto os ‘bens reservados’ da mulher, adquiridos com os proventos de seu trabalho, tal como declara o chamado Estatuto da Mulher Casada. Acontece, porém, que, além da mulher passar a ter ‘bens próprios’, em virtude da alteração proposta para o regime legal de casamento, o Anteprojeto expressamente exclui da comunhão ‘os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge’. Essa solução, adotada nos arts. 1.871, n. VII e 1977 do Anteprojeto, corresponde, integralmente, ao que dispõem os artigos 134 e 163, IV, do Anteprojeto Orlando Gomes...”⁴²

Desse trecho, pouco se extrai sobre o conteúdo e alcance dos proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge. MIGUEL REALE afirma, tão somente, que ele serviria, de alguma forma, para compensar a eliminação dos “bens reservados” da mulher casada, uma vez que, em conjunto com o regime de separação parcial, ele garantiria a ela maior autonomia em relação ao marido. Informação relevante é, porém, que essa regra foi retirada do anteprojeto de ORLANDO GOMES, art. 172 IV,⁴³ a respeito do qual se encontra o seguinte esclarecimento de seu autor:

“O exercício de profissão independentemente de autorização do marido acha-se permitido em termos mais amplos do que no Projeto. A Lei nº. 4.121 criou a modalidade de bens reservados da mulher, assim considerando os adquiridos com o produto de seu trabalho, rejeitada tal inovação no Projeto.

O direito de dispor livremente do produto de sua atividade profissional já lhe é atribuído, excluindo-se, até da comunhão universal, os rendimentos do trabalho ou indústria de cada cônjuge, enquanto, pelo Projeto, somente não se comunicam

⁴² Resposta do Professor Miguel Reale em defesa do anteprojeto do Código Civil, in *Código Civil brasileiro no debate parlamentar* cit. (nt. 37 *supra*), pp. 1960 ss. (1977). O mesmo se encontra em: M. REALE, *Em defesa do anteprojeto do Código Civil*, São Paulo, s.e., s.d., p. 19 (disponível na biblioteca da Faculdade de Direito da USP).

⁴³ Art. 172. “Bens Excluídos – Excluem-se da comunhão: [...] IV – os proventos do trabalho de cada cônjuge” – Cf. *Anteprojeto de Código Civil*, Rio de Janeiro, 1963, pp. 24 s.

os proventos do trabalho pessoal de cada um deles”.⁴⁴

Aqui são novamente confirmadas a tendência de eliminar o instituto dos “bens reservados” da mulher casada e a intenção de que os rendimentos do trabalho da mulher também entrem no patrimônio comum do casal.⁴⁵ Sobre o conteúdo da exclusão dos proventos do trabalho, pode-se concluir que ela não abrangeria o que a mulher casada receber por exercício de profissão durante a comunhão matrimonial. A mulher casada manteria, em contrapartida, a administração exclusiva e o poder de disposição dessa parte dos bens comuns. Criticável é, porém, a falta de uma regra que explicitasse esse objetivo do legislador, uma vez que o artigo seguinte (art. 173 do Projeto Orlando Gomes), sobre a administração do patrimônio comum, não faz nenhuma ressalva quanto à parte adquirida pelos proventos do trabalho de cada cônjuge. Pelo contrário, ele estabelece categoricamente que a administração do patrimônio comum deve ser exercida “pelo marido, com a colaboração da mulher”.⁴⁶ Já no projeto de ORLANDO GOMES havia, portanto, uma lacuna no regulamento legal dos rendimentos do trabalho de cada cônjuge durante a subsistência da sociedade conjugal, falha essa que dificulta o entendimento da regra em si e que foi reproduzida no anteprojeto de Código Civil e no CC/2002.

4. RESULTADO PARCIAL

A reconstituição histórica do tratamento jurídico especial dos rendimentos do trabalho da mulher casada revelou as imperfeições com que o assunto foi até hoje tratado pelo legis-

⁴⁴ O. GOMES, *A reforma do Código Civil* cit. (nt. 18 *supra*), p. 132.

⁴⁵ O. GOMES já havia se manifestado anteriormente no mesmo sentido, como prova menção na justificação do Projeto n.º 1.804/1952 (nt. 28 *supra*).

⁴⁶ O. GOMES, *Anteprojeto* cit. (nt. 43 *supra*), p. 25: “Art. 173. Administração do Patrimônio Comum – A administração do patrimônio comum deve ser exercida pelo marido, com a colaboração da mulher. Parágrafo único. O concurso da mulher é indispensável para os atos de administração que importem cessão do uso ou gozo dos bens comuns.”

lador. Se conforme o regulamento original do CC/1916 os proventos adquiridos pela mulher casada por meio de seu trabalho entravam no patrimônio comum tanto no regime de comunhão universal quanto no de comunhão parcial, o EMC criou regras especiais para esses rendimentos, que passaram a ser chamados de “bens reservados” e constituíam bens particulares da mulher. Como não havia regra semelhante para os rendimentos do marido, estabeleceu-se uma situação de disparidade, porquanto somente os ganhos do homem formavam o patrimônio comum no regime de comunhão parcial. A fim de corrigir essa iniquidade, o anteprojeto de Código Civil eliminou a figura dos “bens reservados” e restabeleceu a comunicabilidade dos proventos de ambos os cônjuges. Para garantir a liberdade e autonomia da mulher casada, determinou-se que os proventos do trabalho dos consortes não se comunicam, sem, porém, excepcionar expressamente a liberdade da mulher de dispor e administrar livremente os rendimentos auferidos de seu trabalho, bem como os bens móveis com eles adquiridos.

É em vista dessa evolução legislativa que o art. 1659 VI CC/2002 deve ser interpretado.

III. REGULAMENTO DO CC/2002

1. REGRA GERAL

O regulamento vigente do CC/2002 corresponde exatamente ao do anteprojeto, no que tange aos rendimentos do trabalho pessoal de cada cônjuge no regime de comunhão parcial de bens. A figura jurídica dos “bens reservados” da mulher casada foi eliminada do Código vigente, sendo a comunicabilidade do produto auferido por seu trabalho, assim como o do cônjuge, regulamentado conforme as regras gerais. Segundo o art. 1659 VI CC/2002, os proventos do trabalho pessoal estão excluídos da comunhão, não sendo, porém, expressamente de-

limitado o alcance dessa exclusão. Quanto à administração do patrimônio comum, o CC/2002 estabelece que ela compete “a qualquer dos cônjuges” (art. 1663 *caput*), sendo o cônjuge-administrador responsável tanto com seus bens comuns quanto com os particulares pelas dívidas contraídas, enquanto o outro cônjuge o é somente em razão de seu proveito (§ 1º).⁴⁷ A disposição de bens comuns a título gratuito exige anuência de ambos os cônjuges (§ 2º), e a má gerência (“malversação”) por um dos cônjuges possibilita que o outro requeira ao juiz poder de administração exclusiva (§ 3º). Somente em relação ao patrimônio particular detém cada cônjuge a administração e o poder de disposição exclusivos sobre todos os bens (art. 1665).

2. INTERPRETAÇÃO DO ART. 1659 VI

(a) DOCTRINA

No direito brasileiro, desde a entrada em vigor do CC/2002, desenvolveram-se basicamente quatro linhas interpretativas do termo “proventos” no art. 1659 VI. Comum a todas elas é que “proventos” significa não apenas salário, mas também outros direitos, como previdência social, aposentadoria, vencimentos, PIS, participação nos lucros, FGTS etc.⁴⁸

(1) Proventos apenas como direito à percepção

A doutrina dominante faz uma interpretação restritiva, entendendo que o art. 1659 VI se refere apenas ao direito à percepção dos proventos, e não às remunerações daí decorrentes.⁴⁹ Nesse sentido, surgido o direito de receber determinada

⁴⁷ A *ratio legis* é evitar o enriquecimento sem causa do outro cônjuge.

⁴⁸ Entre outros, M. H. DINIZ, *Curso de direito civil brasileiro – Vol. 5 – Direito de família*, 26ª ed., São Paulo, Saraiva, 2011, p. 185.

⁴⁹ J. F. SIMÃO, *Comunhão parcial e proventos* cit. (nt. 30 *supra*), pp. 205 s, 209; F. TARTUCE, *Manual de direito civil – Volume único*, 2ª ed., São Paulo, Método, 2012, p. 1100; M. H. DINIZ, *Curso* 5 cit., pp. 185 s.; C. M. SILVA PEREIRA/T. SILVA PEREIRA, *Instituições de direito civil – Vol. 5 – Direito de família*, 19ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2011, pp. 225 s.; P. NADER, *Curso de direito civil – Vol. 5 – Direito de*

quantia por razão de trabalho, o crédito entraria imediatamente no patrimônio comum do casal, de forma que mesmo se eles se divorciarem antes do recebimento efetivo do valor, o outro cônjuge já teria adquirido direito de meação sobre ele. “Percepção” abrange, portanto, não apenas o que efetivamente foi recebido, mas também o que deveria ter sido recebido (assim, por exemplo, quando a pretensão surgir durante o casamento) e mesmo aquilo que um cônjuge recebeu, embora sem ter o direito de dispor.⁵⁰ Em contrapartida, após o divórcio, o outro cônjuge não tem direito a receber, por exemplo, metade do salário, mas teria de se contentar com alimentos (arts. 1694 ss.).

(2) Proventos como direito exclusivo sobre o rendimento imediato

A segunda corrente dá um passo além e afirma que ao cônjuge pertence não apenas o direito de receber rendimentos, como também o rendimento em si, mas somente enquanto ele não fosse empregado na aquisição de outros bens. O critério decisivo seria, portanto, o uso das remunerações do trabalho.⁵¹ Assim, se um dos cônjuges economizasse parte considerável de seu salário em uma conta corrente a fim de adquirir um imóvel, o dinheiro pertenceria a seu patrimônio comum até o momento da aquisição, mas o imóvel adquirido entraria na comunhão de bens. Um fundamento para esse entendimento poderia ser visto no art. 1660 I CC/2002, segundo o qual os bens adquiridos a título oneroso durante o casamento, ainda que em nome de

família, 5ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2011, p. 405; C. R. GONÇALVES, *Direito civil brasileiro – Vol. 6 – Direito de família*, 9ª ed., São Paulo, Saraiva, 2012, pp. 474 ss.; C. DABUS MALUF/A. DABUS MALUF, *Curso de direito de família*, São Paulo, Saraiva, 2013, p. 250; M. P. CARVALHO FILHO, Com. art. 1659, in C. PELUSO (org.), *Código Civil comentado*, 8ª ed., Barueri, Manole, 2014, p. 1726.

⁵⁰ O FGTS e as previdências privadas constituem, porém, temas controvertidos. Ver, por exemplo, M. H. DINIZ, *Curso 5 cit.* (nt. 48 *supra*), p. 187, nt. 361, com indicação de jurisprudência.

⁵¹ S. RODRIGUES/F. J. CAHALI, *Direito civil – Vol. 6 – Direito de família*, 27ª ed., São Paulo, Saraiva, 2002, p. 212; F. TARTUCE/J. F. SIMÃO, *Direito civil – Vol. 5 – Direito de família*, 3ª ed., São Paulo, Método, 2008, p. 139.

apenas um dos consortes, faz parte do patrimônio comum.⁵² Contudo, essa explicação não é convincente, pois ela se choca diretamente com a regra de que bens adquiridos com valores exclusivos de um dos cônjuges em sub-rogação de seus bens particulares não se comunicam (art. 1659 II).

(3) Proventos pertencem ao patrimônio particular ou ao comum conforme o objetivo de sua utilização

A terceira possibilidade de interpretação constitui uma variação da anterior. Assim como o direito aos proventos do trabalho de cada consorte, os rendimentos estariam, em princípio, no patrimônio particular daquele que o recebesse. Seu uso não bastaria, por si só, para que ele entrasse na comunhão. O critério decisivo seria o emprego do rendimento para atender às necessidades do lar.⁵³ Dessa forma, no exemplo do cônjuge que economiza seu salário para comprar um imóvel, se ele adquirisse o bem para a família, ele passaria ao patrimônio comum, mas se ele tivesse por objetivo apenas aumentar seu próprio patrimônio, o imóvel seria um bem particular. Essa interpretação não apenas esbarra dificuldades práticas, porquanto a aquisição de outro imóvel pode, dependendo do caso, reverter tanto para a família como somente para o adquirente, mas também não encontra fundamento em nenhuma disposição legal.

(4) Proventos abrangem o rendimento e tudo o que for com ele adquirido

A última corrente interpreta o art. 1659 VI literalmente: a asserção de que os proventos do trabalho pessoal não entrariam no patrimônio comum implicaria que não apenas o direito de receber rendimentos, como também os rendimentos em si e tudo o que fosse com eles adquiridos constituiria bem particular do cônjuge.⁵⁴ Embora uma confirmação desse entendimento

⁵² Idem, Ibidem.

⁵³ Assim, ao menos aparentemente, S. S. VENOSA, *Direito civil – Vol. 6 – Direito de família*, 9ª ed., São Paulo, Atlas, 2009, p. 330.

⁵⁴ G. M. F. NOVAES HIRONAKA, *Casamento e regime de bens*, in A. ALVIM/J. P. CERQUEIRA CÉSAR/R. ROSAS (coord.), *Aspectos controvertidos no novo Código Civil*

possa ser vista no art. 1659 II, ele está em completo desacordo com o objetivo do legislador e implicaria o completo esvaziamento do regime de comunhão parcial de bens.

(b) JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE

Embora alguns julgados adotem formulações que dão margem à dúvida,⁵⁵ a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ) interpreta o art. 1659 VI de maneira restritiva, ou seja, de que somente o direito à percepção de proventos está excluído da comunhão, enquanto os rendimentos percebidos entram, automaticamente, no patrimônio comum.⁵⁶ Tal entendimento é justificado com três argumentos. Primeiro, entendimento diverso poderia levar a uma situação insustentável, pois “se um dos consortes suporta carga maior de contas, enquanto outro apenas trata de acumular reservas pessoais,

– *Escritos em homenagem ao Ministro José Carlos Moreira Alves*, São Paulo, RT, 2003, pp. 251 ss. (261 s.); N. G. B. DOWER, *Curso moderno de direito civil – Vol. 5 – Família*, 2ª tir., São Paulo, Nelpa, 2006, p. 240; A. VILLAÇA AZEVEDO, *Direito de família*, São Paulo, Atlas, 2013, pp. 293 s. (salientando, porém, que o art. 1659 VI deveria ser excluído da legislação, por contrariar a “essência do regime matrimonial”). De forma não clara, F. ULHOA COELHO, *Curso de direito civil – Vol. 5 – Família – Sucessões*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 2009, pp. 78 s.

⁵⁵ Assim, por exemplo, Nancy Andrichi, ao afirmar que “muito embora seja facultado a cada cônjuge guardar, como particulares, os proventos do seu trabalho pessoal, na forma do art. 1.659, inc. VI, do CC/02, deve-se entender que, uma vez recebida a contraprestação do labor de cada um, ela se comunica” – Cf. STJ, 3ª Turma, REsp. n. 1.024.169/RS, rel. Nancy Andrichi, j. 13-4-2010, p. 16, in <https://ww2.stj.jus.br/> [15-4-2015]. Ora, como pode um cônjuge ter faculdade de guardar os proventos de seu trabalho como pessoais e, ao mesmo tempo, eles se comunicarem assim que percebidos?

⁵⁶ STJ, 4ª Turma, REsp. n. 1.358.916/SP, rel. Luis Felipe Salomão, j. 16-9-2014, in <https://ww2.stj.jus.br/> [15-4-2015]; STJ, 3ª Turma, REsp. n. 1.024.169/RS, rel. Nancy Andrichi, j. 13-4-2010, in <https://ww2.stj.jus.br/> [15-4-2015]; STJ, 3ª Turma, REsp. n.646.529/SP, rel. Nancy Andrichi, j. 21-6-2015, in <https://ww2.stj.jus.br/> [15-4-2015]; STJ, 3ª Turma, REsp. n. 1.295.991/MG, rel. Paulo de Tarso Sanseverino, j. 11-4-2013, in <https://ww2.stj.jus.br/> [15-4-2015]; STF, 3ª Turma, REsp. n. 848.660/RS, rel. Paulo de Tarso Sanseverino, j. 3-5-2011, in <https://ww2.stj.jus.br/> [15-4-2015].

advindas da remuneração a que faz jus pelo seu trabalho, deve haver um equilíbrio para que, no momento da dissolução da sociedade conjugal, não sejam consagradas e referendadas pelo Poder Judiciário as distorções surgidas e perpetradas ao longo da união conjugal”.⁵⁷ Segundo, a interpretação conjunta dos arts. 1659 VI e 1660 V permitiria concluir que o salário se comunica no momento de sua percepção.⁵⁸ Terceiro, admitir a incomunicabilidade dos proventos implicaria ferir a essência do regime de comunhão parcial de bens, conduzindo a uma “situação de injustiça”.⁵⁹

(c) POSICIONAMENTO

Tanto a doutrina quanto a jurisprudência parecem ter se debatido em vão sobre o alcance da exclusão dos proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge, nos termos do art. 1659 VI CC/2002. Se, de fato, a redação desse dispositivo legal pode ser criticada por sua falta de clareza, a intenção do legislador do código vigente, assim como a do autor do anteprojeto do qual a redação foi retirada, é evidente no sentido de que apenas o direito à percepção dos proventos não se transmitem, enquanto os rendimentos recebidos entram automaticamente na comunhão. Essa mudança está em perfeita consonância com o objetivo do regime de comunhão parcial de bens, que é formar um patrimônio comum a partir do trabalho, dos ganhos e da economia dos cônjuges durante a constância da sociedade conjugal,⁶⁰ patrimônio esse que deve ser dividido com o fim do liame matrimonial, seja por divórcio, por anulação (nulidade ou

⁵⁷ REsp. n. 1.024.169/RS cit. (nt. 55 *supra*), p. 16.

⁵⁸ REsp. n. 1.024.169/RS cit. (nt. 55 *supra*), pp. 16 s.

⁵⁹ REsp. n. 1.295.991/MG cit. (nt. 56 *supra*), pp. 13 s.; REsp. n. 1.358.916/SP cit. (nt. 56 *supra*), p. 7; REsp. n. 848.660/RS (cit. 56 *supra*), pp. 8 s. Para o CC/1916, cf. STJ, REsp. 421.801/RS, rel. Ruy Rosado de Aguiar, j. 26-5-2003, p. 4, in <https://ww2.stj.jus.br/> [15-4-2015].

⁶⁰ J. PARATIN/G. MORIN, *La réforme I* cit. (nt. 35 *supra*), nr. 94, p. 90 ss.

anulabilidade)⁶¹ ou por morte de um dos consortes. O argumento trazido pela jurisprudência e pela doutrina majoritária, de que entendimento contrário violaria a essência do regime de comunhão parcial de bens, merece, por tal motivo, aplausos. Seja, portanto, por via da interpretação histórica, seja por meio da interpretação sistemática, a conclusão é de que somente o direito à percepção dos proventos não entra na comunhão de bens.

Em contrapartida, é inadequada a alegação do art. 1660 V para justificar a comunicabilidade dos bens.⁶² Segundo esse dispositivo, entram na comunhão os *frutos* dos bens comuns e particulares de cada cônjuge durante o casamento. O conceito de fruto pressupõe a existência de uma coisa principal a partir da qual são percebidas, periodicamente, utilidades, sem que seja alterada sua substância.⁶³ Assim, por exemplo, a cria de animais (fruto civil) e o dinheiro recebido de aluguel de um imóvel (fruto civil). Ora, proventos constituem remuneração de um trabalho prestado e decorrem da atividade da pessoa que os recebe. Não há aqui percepção de rendimentos de uma coisa, mas de contraprestação pela atividade laborativa de uma pessoa. Salários e outros rendimentos percebidos em razão do trabalho não são, portanto, frutos em sentido jurídico. Da mesma forma, são reprováveis os argumentos baseados na “justiça, [n]a equidade e [n]a realidade social”⁶⁴, porquanto eles não

⁶¹ Parte-se aqui do pressuposto de que a maioria dos casamentos nulos e anuláveis é entre cônjuges de boa-fé (art. 1561 CC). Sobre a partilha nesses casos, ver M. H. DINIZ, *Curso* 5 cit. (nt. 48 *supra*), p. 197.

⁶² Assim, por exemplo, REsp. n.646.529/SP cit. (nt. 56 *supra*), p. 4. Tal argumento era comum na vigência do CC/1916 (ver, por exemplo, REsp. n. 355.581/PR cit. (nt. 32 *supra*)) e se explica pelo uso não técnico do termo “frutos” nos arts. 263 XIII (“são excluídos da comunhão: [...] XIII – os frutos civis do trabalho ou indústria de cada cônjuge ou de ambos”) e 271 VI (“entram na comunhão: [...] VI – os frutos civis do trabalho, ou indústria de cada cônjuge, ou de ambos”) do CC/1916.

⁶³ M. H. DINIZ, *Curso de direito civil brasileiro – Vol. 1 – Teoria geral do direito civil*, 25ª ed., São Paulo, Saraiva, 2008, pp. 246 s.; F. AMARAL, *Direito civil – Introdução*, 8ª ed., Rio de Janeiro, Renovar, 2014, p. 394.

⁶⁴ Assim, por exemplo, REsp. n. 1.358.916/SP cit. (nt. 56 *supra*), p. 6.

apenas ignoram que os métodos convencionais de interpretação da lei e os valores implícitos na lei já seriam mais que suficientes para chegar ao resultado almejado, como podem funcionar, na prática, como instrumento retórico para o intérprete impor suas convicções pessoais.⁶⁵ Essa busca pela justiça material constitui, em última instância, grande ameaça para a segurança jurídica e traz em si, contraditoriamente, enorme potencial de causar ainda maiores injustiças.⁶⁶

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo mostrou que, no que tange ao produto auferido pela mulher por meio de seu trabalho, o CC/2002 voltou, substancialmente, ao direito anterior ao EMC, pois até 1962 esse produto entrava na comunhão de bens. No entanto, uma pergunta permanece em aberto: afinal, o CC/2002 não significou um retrocesso dos direitos da mulher casada, ao eliminar os “bens reservados” e, com isso, impedir que ela administre e aliene livremente os proventos de seu trabalho? Enquanto o art. 246 CC/1916 assegurava expressamente o direito da mulher de “dispor, livremente, do produto de seu trabalho”, o art. 1663 *caput* CC/2002 atribui a administração do patrimônio comum a qualquer dos cônjuges, o que significa que também o marido pode administrar as remunerações percebidas

⁶⁵ A respeito, ver B. HERZOG, *Anwendung und Auslegung von Recht in Portugal und Brasilien*, Tübingen, Mohr Siebeck, 2014.

⁶⁶ Ver, por exemplo, C. P. UBALDINO MIRANDA, *O direito como instrumento de realização da justiça e a missão constitucional do juiz na elaboração das decisões judiciais*, in RFDUSP (Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo) 96 (2001), pp. 271 ss., em especial 279 ss. (“A própria expressão *justiça no caso concreto* já nos causa um certo arrepio”, grifo do autor); Idem, *A certeza e a segurança como valores fundamentais na declaração do direito e na realização da justiça, e o modo de atingi-las*, in RFDUSP 94 (1999), pp. 349 ss.; O. L. RODRIGUES JR., *Estatuto epistemológico do Direito Civil contemporâneo na tradição de civil law em face do neoconstitucionalismo e dos princípios*, in O Direito 143, II (2011), pp. 43 ss. (em especial 55). No direito alemão, cf. C.-W. CANARIS, *Systemdenken* cit. (nt. 2 *supra*), pp. 16 s. *et passim*.

pela mulher. Na Exposição de Motivos, C. COUTO E SILVA afirmou o seguinte a respeito:

“Aceitando-se como bem reservado o produto do trabalho da mulher, o sistema perde a simetria, já que o do marido se comunica. Se o produto do trabalho de ambos não se comunicar, a massa comum será formada por sucessão ou liberalidade. *A melhor solução é a de conservar durante o casamento os bens separados, sob administração e disposição, embora esta com limitações, de ambos os cônjuges, unindo-se o resultado para partilha, no momento de dissolução.* As dívidas de cada cônjuge, em regra, só vincularão os bens próprios de cada um”.⁶⁷
[grifo nosso]

O meio para atingir garantir a liberdade de disposição e de administração dos cônjuges durante o casamento não seria, portanto, a deformação do regime de comunhão parcial de bens, o que traria (e traz) enormes dificuldades práticas,⁶⁸ mas o estabelecimento de outro regime de bens, que seria o regime de participação final dos aquestos (arts. 1672 ss. CC/2002).⁶⁹ Aqui exsurge por que C. COUTO E SILVA quis, no seu anteprojeto, definir esse regime como subsidiário: era o meio de assegurar a *igualdade dos cônjuges* durante a sociedade conjugal!⁷⁰

⁶⁷ *Exposição de motivos* cit. (nt. 33 *supra*), p. 228.

⁶⁸ Ver C. COUTO E SILVA, *Direito patrimonial de família* cit. (nt. 23 *supra*), pp. 49 s.

⁶⁹ Ao contrário do que normalmente se diz, o regime de comunhão final dos aquestos do projeto de Código Civil foi, conforme relato de MIGUEL REALE, “contribuição original, que tem alguns pontos de contato com o estabelecido pela Lei que entrou em vigor em Quebec, em julho de 1970” – Cf. *Exposição de motivos complementar ao livro de direito de família*, in L. C. BRANCO RANGEL (org.), *Código Civil – 5º vol. – Direito de família*, Brasília, Senado Federal, 1975, pp. 234 s. (235). A comunhão final dos aquestos não foi, portanto, inspirada na *Zugewinnngemeinschaft* do direito alemão. A referida lei de 1970 instituiu no *Civil Code of Quebec* o regime chamado *partnership of acquests*, que, sendo atualmente o regime-regra (art. 432), está regulamentado nos arts. 448 ss.

⁷⁰ C. COUTO E SILVA, *Direito patrimonial* cit. (nt. 19 *supra*), p. 24: “O regime de participação final dos aquestos, previsto no Anteprojeto, constitui-se em novidade, já que não existia em nosso Direito, nem fora proposto nos projetos anteriores. No esboço que fiz, ele aparece como regime-regra, porque me pareceu que ele atende melhor ao princípio da igualdade dos cônjuges...”. Nas páginas 23 s., de forma ainda mais explícita, diz o autor: “As experiências de diversas legislações nem sempre foram felizes na aplicação do regime de igualdade plena com a adoção do regime de

Por esse regime, eles podem administrar livremente seus bens móveis e imóveis, independentemente da concordância do outro consorte (art. 1673 § único).⁷¹ Que o regime de comunhão final nos aquestos não tenha sido recepcionado na prática, explica-se, de um lado, pela dificuldade dos juristas nacionais de lidar com a inovação e, de outro, pela irrelevância de conceder a cada um dos cônjuges os poderes de dispor e de administrar livremente de seus bens. O fato de a retirada do nosso sistema jurídico desses poderes concedidos à mulher casada não ter sido sentida pela sociedade brasileira significa que eles não eram exercidos na prática e que o instituto jurídico dos “bens reservados” era desnecessário. Fez muito bem o legislador em eliminá-la.



V. REFERÊNCIAS

AGRÍCOLA BARBI, Celso, *A comunhão de bens na nova lei de proteção à mulher casada*, in RF (Revista Forense) 60,

comunhão parcial como supletivo, preferindo-se, por esta razão, como regime-regra, o da participação final dos aquestos, combinação feliz entre o da comunhão, seja universal ou parcial, e o da separação”. Ver também, do mesmo autor, *Direito patrimonial de família* cit. (nt. 23 *supra*), pp. 46, 49 s.

⁷¹ No sistema do CC/2002, os cônjuges detêm exclusividade de administração sobre os proventos percebidos apenas nos regimes de separação universal (art. 1687) e de participação final nos aquestos (art. 1673 § único). Em explicação do Projeto de Lei n. 634/1975, C. COUTO E SILVA parece, de forma pouco clara, tentar extrair a livre administração e disposição dos salários e rendimentos da mulher da interpretação do art. 1642 I (então 1697 I, cf. *Direito patrimonial* cit. (nt. 19 *supra*), pp. 28 s.), o que, no entanto, contraria a distinção entre regime de comunhão parcial e final dos aquestos. Além disso, tal leitura estava estritamente vinculada à supremacia do homem na administração dos bens (art. 1718 do projeto), que hoje, frente ao art. 1663 CC e 226 § 5º CF, não se sustenta.

- vol. 201 (1963), pp. 25-29 [= RT 52, vol. 329 (1963), pp. 17-24].
- AMARAL, Francisco, *Direito civil – Introdução*, 8ª ed., Rio de Janeiro, Renovar, 2014.
- BARBOSA GOULART, Ruth, *Regime jurídico da mulher casada – Parte I*, in *Jurídica* (Instituto do Açúcar e do Alcool) 15, n. 108 (1970), pp. 32-58.
- Eadem, *Regime jurídico da mulher (continuação)*, in *Jurídica* (Instituto do Açúcar e do Alcool) 15, n. 109 (1970), pp. 49-72.
- BEVILAQUA, Clóvis/BEVILAQUA, Achilles, *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil – Vol. 1*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1949.
- Idem, *Projecto de Código Civil brasileiro*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1900.
- BITTAR, Carlos Alberto, *Da proteção do patrimônio da mulher casada*, in *RDC* (Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial) 9, n. 32 (1985), pp. 36-44.
- BUENO, Ruth, *Regime jurídico da mulher casada*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1972.
- CARVALHO SANTOS, João Manuel, *Código Civil brasileiro interpretado – Vol. 5 – Direito de família (Arts. 256-367)*, 11ª ed., Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1977.
- CANARIS, Claus-Wilhelm, *Systemdenken und Systembegriff in der Jurisprudenz – Entwickelt am Beispiel des deutschen Privatrechts*, Duncker & Humblot, Berlin, 1969.
- COUTO E SILVA, Clóvis do, *Direito patrimonial de família*, in *RFDPA* (Revista da Faculdade de Direito de Porto Alegre) 5 (1971), pp. 39-51.
- Idem, *Direito patrimonial de família no projeto de Código Civil e no direito português*, in *RT* 68, vol. 520 (1979), pp. 11-37.
- Idem, *Dívida particular dos cônjuges*, in *Jurídica* (Instituto do

- Açúcar e do Álcool) 15, n. 110 (1970), pp. 23-39.
- Idem, *Exposição de motivos*, in L. C. BRANCO RANGEL (coord.), *Código Civil – 5º Vol. – Direito de família*, Brasília, Senado Federal, 1975, pp. 210-235 [= *Anteprojeto de Código Civil – Direito de família – Exposição de motivos – Princípios para a reforma do direito de família*, in AMJ (Arquivos do Ministério da Justiça) 32, n. 135 (1975), pp. 153-192].
- Idem, *Exposição de motivos complementares – Direito de família*, in L. C. BRANCO RANGEL (coord.), *Código Civil – Anteprojeto – Vol. 5 – Tomo 2*, Brasília, Senado Federal, 1995, pp. 83-88.
- DABUS MALUF, Carlos Alberto/DABUS MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas, *Curso de direito de família*, São Paulo, Saraiva, 2013.
- DINIZ, Maria Helena, *Curso de direito civil brasileiro – Vol. 1 – Teoria geral do direito civil*, 25ª ed., São Paulo, Saraiva, 2008.
- Eadem, *Curso de direito civil brasileiro – Vol. 5 – Direito de família*, 26ª ed., São Paulo, Saraiva, 2011.
- DÖLLE, Hans, *Familienrecht – Bd. I – Darstellung des deutschen Familienrechts mit rechtsvergleichenden Hinweisen*, Karlsruhe, Müller, 1964.
- DOWER, Nelson Godoy Bassil, *Bens reservados*, in RT 60, vol. 427 (1971), pp. 311-314.
- Idem, *Curso moderno de direito civil – Vol. 5 – Família*, 2ª tir., São Paulo, Nelpa, 2006.
- FERREIRA, José Dias, *Código Civil português anotado – Vol. 2*, 2ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1895.
- FERREIRA, Valle, *Os movimentos do direito e a mulher casada*, in RT 54, vol. 353 (1965), pp. 26-37.
- FERREIRA, Waldemar, *O Estatuto da Mulher Casada*, in BFDC (Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra) 39 (1963), pp. 13-30.

- FULGÊNCIO, Tito, *Programmas de direito civil – Primeiro anno do curso e primeira parte do segundo*, 2ª ed., Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1921.
- GERNHUBER, Joachim/COESTER-WALTJEN, Dagmar, *Familienrecht*, 6ª ed., München, Beck, 2010.
- GOMES, Orlando, *A reforma do Código Civil*, Bahia, Universidade da Bahia, 1965.
- Idem, *Anteprojeto de Código Civil*, Rio de Janeiro, 1963.
- Idem, *Direito de família*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1976.
- Idem, *Raízes históricas e sociológicas do Código Civil brasileiro*, São Paulo, Martins Fontes, 2006.
- GONÇALVES, Carlos Roberto, *Direito civil brasileiro – Vol. 6 – Direito de família*, 9ª ed., São Paulo, Saraiva, 2012.
- HERZOG, Benjamin, *Anwendung und Auslegung von Recht in Portugal und Brasilien*, Tübingen, Mohr Siebeck, 2014.
- LARENZ, Karl/CANARIS, Claus-Wilhelm, *Methodenlehre der Rechtswissenschaft*, 3ª ed., Berlin/Heidelberg, Springer, 1995.
- LIMONGI FRANÇA, Rubens, *Manual de direito civil – 2º volume – Tomo I – Livro I – Doutrina especial dos institutos de proteção à personalidade – Livro II – Doutrina especial do direito de família*, São Paulo, RT, 1972.
- KRAMER, Ernst A., *Juristische Methodenlehre*, 4ª ed., Bern, Stämpfli, 2013.
- MASCARENHAS MENCK, José Theodoro (org.), *Código Civil brasileiro no debate parlamentar – Elementos históricos da elaboração da Lei nº 10.406 de 2002 – Vol. 1 – Audiências públicas e relatórios (1975-1983)*, Brasília, Câmara dos Deputados, 2012.
- MAYA, Stela, *A luta da mulher pela conquista da igualdade de direitos*, in *Jurídica* (Instituto do Açúcar e do Alcool) 18, n. 118 (1972), pp. 182-199.
- MEDEIROS DA FONSECA, Romy, *Direitos da mulher*, in *Jurídica* (Instituto do Açúcar e do Alcool) 15, n. 110 (1970), pp.

151-160.

MUSCHELER, Karlheinz, *Familienrecht*, 3ª ed., München, Franz Vahlen, 2013.

RODRIGUES PEREIRA, Lafayette/ANDRADE E SILVA, José Bonifácio, *Direitos de família*, Rio de Janeiro, Virgílio Maia, 1918.

NADER, Paulo, *Curso de direito civil – Vol. 5 – Direito de família*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2011.

NOVAES HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes, *Casamento e regime de bens*, in A. ALVIM/J. P. CERQUEIRA CÉSAR/R. ROSAS (coord.), *Aspectos controvertidos no novo Código Civil – Escritos em homenagem ao Ministro José Carlos Moreira Alves*, São Paulo, RT, 2003, pp. 251-266.

NOVAES MARQUES, Teresa Cristina de, *A mulher casada no Código Civil de 1916. Ou, mais do mesmo.*, in Textos de História – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB 12 (2004), pp. 127-144.

OLIVEIRA, Cândido de, *Manual do Código Civil brasileiro – Direito de família – Vol. 5 – Art. 180-329*, Rio de Janeiro, Jacintho Ribeiro, 1918.

PACHECO, Juvenal, *O Código Civil na Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902.

PARATIN, J./MORIN, G., *La réforme des régimes matrimoniaux – Etude de la loi n° 65-570 du 13 juillet 1965 – Tome I – Statut fondamental et régime légal*, Paris, Defrenois, 1966.

PASSOS, Edilenice/OLIVEIRA LIMA, João Alberto de (org.), *Memória legislativa do Código Civil – Vol. 2 – Tramitação da Câmara dos Deputados: Primeiro turno*, Brasília, Senado Federal, 2012.

PELUSO, Cezar (org.), *Código Civil comentado*, 8ª ed., Barueri, Manole, 2014.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, *Direito de família*,

- Rio de Janeiro, Jacintho Ribeiro, 1917.
- Proposições legislativas sobre questões femininas no parlamento brasileiro: 1826-2004*, Brasília, Senado Federal, 2004.
- RÁO, Vicente, *Direitos da mulher casada sobre o produto de seu trabalho*, São Paulo, s.e., s.d.
- REALE, MIGUEL, *Em defesa do anteprojeto do Código Civil*, São Paulo, s.e., s.d.
- Idem, *Exposição de motivos complementar ao livro de direito de família*, in L. C. BRANCO RANGEL (org.), *Código Civil – 5º vol. – Direito de família*, Brasília, Senado Federal, 1975, pp. 234-235.
- RIBEIRO DE OLIVEIRA, Marcelo, *Os bens reservados e a Constituição de 1988*, in RDC (Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial) 16, n. 59 (1992), pp. 39-43.
- RODRIGUES, Sílvio, *Breve histórico sobre o direito de família nos últimos 100 anos*, RFDUSP (Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo) 88 (1993), pp. 239-254.
- Idem/CAHALI, Francisco José, *Direito civil – Vol. 6 – Direito de família*, 27ª ed., São Paulo, Saraiva, 2002.
- RODRIGUES DOS SANTOS, Lucy, *Bens reservados – Proteção ao patrimônio da mulher casada*, São Paulo, Saraiva, 1980.
- RODRIGUES JR., Otavio Luiz, *Estatuto epistemológico do Direito Civil contemporâneo na tradição de civil law em face do neoconstitucionalismo e dos princípios*, in O Direito 143, II (2011), pp. 43-66.
- SCHMIDT, Jan Peter, *Zivilrechtskodifikation in Brasilien – Strukturfragen und Regelungsprobleme in historisch-vergleichender Perspektive*, Tübingen, Mohr Siebeck, 2009.
- SERLOOTEN, Patrick, *Les biens réservés*, Paris, R. Pichon et R.

- Durand-Auzias, 1973.
- SÉRVULO DA CUNHA, Sérgio, *Produto do trabalho da mulher casada. Especialização do patrimônio separado*, in RDM (Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro) n. 34 (1979), pp. 69-71.
- SILVA PEREIRA, Cario Mário/SILVA PEREIRA, Tânia, *Instituições de direito civil – Vol. 5 – Direito de família*, 19ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2011.
- SIMÃO, José Fernando, *Comunhão parcial e proventos do trabalho*, in G. LAGASTRA NETO/F. TARTUCE/J. F. SIMÃO (org.), *Direito de família – Novas tendências e julgamentos emblemáticos*, São Paulo, Atlas, 2011, pp. 202-210.
- TARTUCE, Flávio/SIMÃO, José Fernando, *Direito civil – Vol. 5 – Direito de família*, 3ª ed., São Paulo, Método, 2008.
- UBALDINO MIRANDA, Custódio da Piedade, *A certeza e a segurança como valores fundamentais na declaração do direito e na realização da justiça, e o modo de atingi-las*, in RFDUSP (Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo) 94 (1999), pp. 349-363.
- Idem, *O direito como instrumento de realização da justiça e a missão constitucional do juiz na elaboração das decisões judiciais*, in RFDUSP (Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo) 96 (2001), pp. 271-287.
- ULHOA COELHO, Fábio, *Curso de direito civil – Vol. 5 – Família – Sucessões*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 2009.
- VAMPRÉ, Spencer, *Manual de Direito Civil brasileiro – Vol. I*, Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1920.
- VENOSA, Sílvio de Salvo, *Direito civil – Vol. 6 – Direito de família*, 9ª ed., São Paulo, Atlas, 2009.
- VILLAÇA AZEVEDO, Álvaro, *Direito de família*, São Paulo, Atlas, 2013.
- WALD, Arnold, *A emancipação da mulher casada (Considera-*

ções a respeito da Lei n.º 4.121), in *Jurídica* (Instituto do Açúcar e do Alcool) 13, n. 99 (1967), pp. 701-704.